

São Paulo, 13 de maio de 2016

PERCEPÇÕES SOBRE O VIII ENCONTRO DE LÍDERES

Esta carta tem como objetivo fazer uma avaliação crítica do VIII Encontro de Líderes sob a ótica dos delegados de São Paulo com o intuito de que tais observações sirvam para que os próximos Encontros sejam sempre melhores que os anteriores.

Assim como nós, vimos que alguns dos participantes estavam neste evento pela primeira vez e/ou não estavam durante as discussões do ano passado (como sempre haverá). Porém, houve a nossa percepção que em diversos momentos assuntos foram abordados sem profundidade, como se todos já soubessem do que se tratava ou o histórico da questão em outras discussões ou na negociação de anos anteriores. Por isso gostaríamos de sugerir que houvesse uma espécie de resumo sobre o que foi discutido em anos anteriores por pessoas que estavam presentes durante as discussões ou em negociação com a Empresa e ainda o porquê um ou outro tema não seria ou deveria ser tratado de uma maneira específica, pois a CPRM já não havia aceitado ele por um motivo alegado na época. Também seria interessante resgatar todas as propostas do ano anterior e que não haviam sido aceitas pela CPRM para recolocamos no novo ACT ou caso elas perderam o significado para, de certa forma, balizar o conhecimento de todos acerca do histórico mais recente das negociações.

Contudo o maior problema foi a falta de tempo que resultou em graves prejuízos ao cronograma. Ela atrapalhou boa parte de um dos objetivos principais do Encontro: a discussão e seus frutos. Infelizmente por conta disso vimos vários temas importantes serem discutidos de forma superficial e outros que não foram concluídos. Há dois exemplos claros de temas que foram prejudicados por conta disso. O primeiro foram os processos da Alessandra Villar contra a Tatiana Araújo e a AECPRM-SA que começaram a ser discutidos e tiveram a sua conclusão e resolução postergadas para o final do evento, mas ficaram à margem de qualquer decisão final concreta. Ainda por Salvador, citamos a cláusula 73 de autoria da mesma AECPRM. Esta seria uma inserção de grande importância para o aumento da transparência entre a CPRM e os empregados, contudo ela mal foi discutida e novamente por falta de tempo foi deixada de lado para talvez entrar na pauta de discussões do ano que vem. Cremos que seria uma cláusula importante a ser inserida na proposta, mesmo que

nesse ano não entrasse em sua totalidade, porque ao longo dos próximos anos ela iria ganhando aos poucos espaço no ACT.

Acreditamos que Salvador também ficou prejudicada quando debatíamos sobre o plano de saúde. Eles fizeram um ótimo e amplo estudo sobre o tema, mas foi aberto pouco espaço e tempo para debatermos sobre ele no evento. Assim como todas as propostas, a votação sobre ambas as cláusulas poderia ter tido outro resultado se melhor debatidas. Embora a proposta de São Paulo sobre alterações na cláusula 7 tenha sido em sua maior parte atendida e aprovada em votação, vimos que pelo adiantado da hora questões na mesma situação que a nossa foram prejudicadas pois as pessoas queriam ir embora e falas eram reprimidas no intuito que a questão fosse resolvida logo, de um jeito ou de outro.

A Ata também gerou certo desconforto. Como ambos os representantes de São Paulo fizeram Atas em períodos do Encontro, percebemos que ao fazer este trabalho nós desviamos boa parte da atenção para a produção da mesma, ao invés de focar nas discussões e também argumentar. Por serem feitas por diversas pessoas as Atas não ficam uniformizadas e podem prejudicar o entendimento do evento como um todo para quem as lê. Gostaríamos de sugerir a contratação de uma pessoa específica para fazer este trabalho. Além disso, notamos que não houve atendimento pleno ao pedido da nossa colega que, com a concordância da maioria, solicitou que constasse na ata o voto nominal de cada representante como forma de dar um respaldo aos associados locais que saberiam como votaram os seus representantes. Em pelo menos dois períodos não foi registrada essa informação, apesar de todas as votações terem sido nominais.

Mesmo sendo nossa primeira participação no evento, foi fácil notar após as apresentações das primeiras AECPRMs sobre suas sugestões para o ACT que o procedimento deveria ser melhorado para se poupar tempo e otimizar os trabalhos. Primeiramente viram-se propostas iguais ou semelhantes sendo colocadas repetidamente. Isto não foi de todo ruim, já que pudemos perceber que muitos anseios eram compartilhados por empregados de locais diferentes. Mas estas mesmas propostas poderiam ser sintetizadas previamente ao evento pela CONAE e, ao seu tempo, serem explicadas, divergidas ou convergidas através de discussões com todos, tendo como defensores os delegados que a propuseram, sem necessitar da apresentação inicial que durou pelo menos três períodos.

Juntamente a esta medida, sugere-se que esta pauta unificada de propostas a serem discutida e votadas no Encontro seja enviada aos presidentes também antes do evento. Esta medida teria como objetivo deixar as discussões mais ricas e os delegados mais preparados. Este preparo se mostra ainda mais importante para assuntos postos em discussão que são

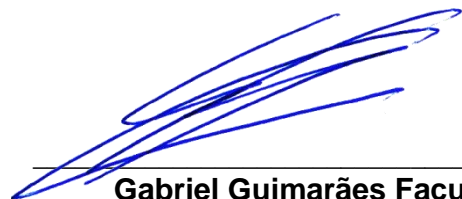
novos ou mais complexos. Como exemplo cita-se novamente a cláusula 73 proposta pela AECPRM-SA sobre transparência, a da AECPRM-BE sobre plano de saúde de livre escolha e a da AECPRM-GO sobre *home office* que surpreendeu a muitos e não teve um nível de discussão a altura da complexidade de tais itens.

Ainda tratando sobre sugestões de melhoria de organização e conseqüente aprimoramento da gestão do tempo, propõem-se que a mesa diretora do evento seja realmente presente e ativa para garantir a ordem do Encontro. Esta mesa deveria ser composta pelo mediador, uma pessoa para controlar de forma sistemática a inscrição e o tempo dos oradores (para que haja mais concisão e objetividade), uma pessoa contratada especificamente para fazer todas as atas e outra que atualizasse a minuta da proposta do ACT ou outros assuntos num computador projetado para que todos vissem e opinassem sobre as modificações no texto. Este último componente da mesa também poderia organizar as votações em uma planilha eletrônica também projetada constando as opções de votação, os votos nominais e o registro das anteriores.

Vimos também um problema de cronograma. Assuntos de modificação do ACT estavam misturados com assuntos locais e apresentações de cada AECPRM. Acreditamos que tudo isso é importante de ser debatido, porém de forma adequada e em momentos distintos, por exemplo, separados em dias ou horários distintos. O que vimos na mistura em que houve foram assuntos importantes terem uma discussão iniciada e postergada para um momento que nunca chegou. Portanto, se definirmos melhor a duração e o horário correto para cada um no cronograma mais assuntos podem ser tratados de forma mais profunda em menos tempo.

Gostaríamos de finalizar esta carta com o agradecimento à calorosa recepção de todos da SUREG-SA e da AECPRM-SA que nos acolheram de forma tão atenciosa e gentil. Além disso, o espaço reservado por eles, sua organização, o material impresso e o *coffee break* foram de excelente qualidade. Agradecemos também a todos os colegas de várias localidades que lá estavam e enriqueceram muito o nosso conhecimento da empresa e dos empregados ao longo das discussões por toda a semana.

Francisco Ferreira de Campos
Diretor Presidente da ASSESP



Gabriel Guimarães Facuri
*Delegado no VIII Encontro de Líderes
Diretor Sociocultural da ASSESP*